

Sociedade Tocqueville – Carta de Princípios e Programa de Atuação

Esta Carta de Princípios é uma atualização do documento original de 1986, preservando majoritariamente seu conteúdo.

I – O que é

A Sociedade Tocqueville é uma associação de pensadores, escritores e acadêmicos envolvidos na divulgação intelectual do liberalismo no Brasil com o objetivo exclusivo de perpetuar os esforços por qualificar as reflexões liberais e garantir o cultivo de um relacionamento entre os liberais contemporâneos e os fundamentos históricos e doutrinários da tradição liberal, tanto nacional quanto internacional. Fundada originalmente em 1986, por inspiração de José Osvaldo de Meira Penna (1917-2017), foi reativada em 2022.

II – Contexto histórico da fundação e refundação

Contrariando o famoso ditado de Lincoln segundo o qual se pode enganar todo o mundo algum tempo ou enganar alguns todo o tempo, mas não se pode enganar todo o mundo o tempo todo, o fato é que a ideologia estatizante e absolutista de cunho nacional-socialista, que atormentou o século XX, continua a embair muitos daqueles que se autointitulam membros da *intelligentsia*. Essa situação de fato vem agregar componente extremamente negativo à nossa tradição republicana que, por si mesma, lamentavelmente registra muitos elementos de que não nos podemos orgulhar. Sob o Império, vínhamos sendo educados pela doutrina segundo a qual o conflito político resulta da diversidade de interesses. O conflito é componente inelutável da sociedade, consistindo no sistema representativo a forma adequada de mediar os interesses conflitantes. Cumpre ainda ter presente que o mencionado sistema, como toda obra humana, tem suas limitações, cabendo assegurar que possa incorporar sucessivos aperfeiçoamentos. A doutrina que substituiu esse ideário de forma preponderante e enraizada, posta em circulação no novo regime republicano, consistia em fazer crer que a República era o governo de todo o povo, devendo ser tratados como inimigos - e não simples adversários - os que a ela se contrapusessem. De início, todos os oponentes foram rotulados de monarquistas. Mais tarde, estruturou-se a grande e única divisão que se manteve inalterada ao longo do século: governo e oposição, não importando a substância teórica e programática que pretendessem apresentar. Além disso, buscou-se o regime perfeito e acabado, perfeição essa que comportasse inclusive a eliminação dos conflitos. Houve esforços no sentido contrário, mas a intensidade do problema opôs aos brados da tradição liberal o poderio de uma longa tradição burocratizante e patrimonialista. Posteriormente, graças à atuação dos elementos mais radicais, a esse legado sombrio adicionou-se a brutal simplificação de tudo reduzir, na arena política, à dicotomia entre esquerda e direita, sem o devido esforço por esclarecimentos mais concretos acerca das diversas correntes de pensamento.

Nesse quadro, os fundadores da Sociedade Tocqueville temeram que a transição do regime militar, experimentado entre as décadas de 60 e 80, para o período da Nova República, caso permanecesse entregue a si mesma, isto é, caudatária apenas dos aludidos aspectos negativos de nossa tradição republicana, encerraria o risco incontestado de levar-nos não à democracia, mas a uma forma agravada de autoritarismo. Décadas após a instauração do atual ciclo republicano, percebe-se que, a despeito de o país não ter submergido em um sistema francamente ditatorial como em outros episódios históricos, segue a se impor como fundamental, para o combate às disfunções do quadro institucional e político e às deficiências dos esforços empreendidos para qualificar o debate público, a missão para a qual a Sociedade Tocqueville foi estabelecida. As

melhores ideias sempre precisarão ser cultivadas e, sob esse prisma, justificou-se plenamente a sua refundação.

III – Os propósitos

O propósito maior da Sociedade Tocqueville consiste em contribuir, pelo seu exemplo, no sentido de que as diversas correntes em que se divide a opinião pública nacional sejam levadas a explicitar corretamente os princípios em que se louvam, especialmente a corrente liberal, à qual aderem abertamente os seus membros. Estamos dispostos a esclarecer e explicitar a pluralidade da tradição liberal e individualista. Ao fazê-lo, esperamos promover um debate fecundo entre os próprios liberais, na esperança de contribuir para que sejam bem nítidas as posições vigentes em nossas fileiras. Ao mesmo tempo em que estivermos empenhados na explicitação das convergências e diversidades entre os próprios liberais, cuidaremos de forçar definições também no campo dos nossos oponentes. Sob o manto protetor do rótulo de esquerda, vêm sendo mascaradas discrepâncias que precisam ser claramente caracterizadas. No mundo democrático, os socialistas trataram de distinguir-se dos comunistas, conscientes de que estes se acham irremediavelmente comprometidos com as formas totalitárias de exercício do poder, vigentes no Leste Europeu, em Cuba e outras partes do mundo, compromisso que o chamado eurocomunismo não conseguiu eliminar. Nesse campo, também os sociais-democratas se esforçam para diferenciar-se dos socialistas. Os integrantes da Sociedade Tocqueville não pretendem contribuir para que se perpetuem indefinições e saberão distinguir as várias propostas socialistas. Estas, aliás, parecem todas corresponder a uma reminiscência do século XVIII. Falta-lhes a força moral de que somente os liberais estão de posse, na medida do fato de que não se acham preocupadas com a pessoa humana concreta, mas com divagações em torno de classes sociais, das quais resulta sempre o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade.

Queremos, portanto, dar início a uma nova tradição na vida política brasileira. Em que pese à magnitude da tarefa, há no passado de nossa história elementos favoráveis que saberemos reavivar. Por isso, trataremos de preservar esse legado e ao mesmo tempo nos posicionarmos frente à maneira como recebemos a filosofia liberal. As grandes personalidades da cultura luso-brasileira que buscaram nos familiarizar com essa doutrina, à frente Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), deram preferência à formulação inglesa de tal ideário desenvolvida a partir do *Segundo Tratado do Governo Civil* (1690) de John Locke (1632-1704). Justamente essa escolha permitiu-lhes conceber instituições capazes de nos proporcionar as quatro décadas de estabilidade política do Segundo Reinado, fato ímpar em nossa história. Na República, o liberalismo acabou por vezes erroneamente identificado com o democratismo, conduzindo inevitavelmente o país a distúrbios anárquicos, razão pela qual os elementos conservadores da nação acabaram dando preferência às formas autoritárias de governo. Estas, contudo, tampouco se revelaram capazes de assegurar a sonhada estabilidade política. Desde 1889, o país vive em ciclos pendulares de desordem e repressão. A temática descrita exige meditação serena e aprofundada, e dessa meditação se espera possa resultar o reexame da doutrina liberal e a recuperação de nossa melhor tradição na matéria. Queremos reestimular o exame das razões pelas quais não vicejaram no país as instituições do governo representativo. Cerca de dois séculos depois das primeiras eleições destinadas a formar o Parlamento, este organismo continua relativamente frágil, não tendo logrado firmar-se ou dispor de maior prestígio e representatividade. Os partidos políticos raramente conseguiram estruturar-se de modo duradouro. Resulta este fenômeno apenas das distorções do pensamento liberal ou decorre de dimensões mais profundas de nossa maneira de ser?

Sempre houve em nossa terra uma terrível confusão entre liberdade e democracia. Em nosso país, a primeira se firmou como conquista lenta, gradual, segura, através do exercício da representação, na experiência parlamentar do Império. A República, surgida ao ensejo do *slogan* autoritário “o regime parlamentar é um regime para lamentar” dissociou o instituto da representação da conquista da liberdade. Esta passou a ser procurada no bojo da retórica populista, contestadora e extravagante, numa nebulosa luta contra a autoridade. O pensamento utópico e romântico comprometeu toda tentativa de consolidação de uma ordem republicana que nos concedesse, ao mesmo tempo, o pleno respeito aos direitos políticos do cidadão com a segurança e bem-estar da coletividade. No contexto da maré romântica que se foi avolumando no período republicano, mesmo em suas formas ideológicas supostamente positivistas e socialistas “científicas”, considerou-se que o indivíduo foi criado para eleger a liberdade e, se necessário, “para ser forçado a ser livre”, tal como preconizavam as teses de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Como a prática da representação foi abandonada, permaneceu unicamente de pé o projeto de uma educação compulsória a ser feita por uma minoria de “puros”. As ditaduras castilhistas e getulistas consagraram esse modelo. Assistimos, no alvorecer da Nova República, a mais um debate do furor democratizante e populista, cujos arautos foram todos aqueles espíritos autoritários, demagógicos e totalitários que se sentiram marginalizados ou oprimidos pelo ciclo da linha dura militar. Nesse contexto, é imperativo delinear os conceitos, identificando as suas origens e seguindo a sua trajetória.

A Sociedade Tocqueville submete o seguinte esquema explicativo: as ideias liberais se firmaram essencialmente no Ocidente, na luta em prol da representatividade, no início da Idade da Razão do século XVII e do Século das Luzes. As modernas instituições democráticas viriam mais tarde, ao ensejo da “retórica utópico-democrática”, conforme Thomas Jefferson (1743-1826), que inspirou as Revoluções Americana (1776) e Francesa (1789). As instituições do governo representativo, no mundo anglo-saxão, incorporaram a ideia democrática, alargando o voto e consagrando os direitos das minorias; mas, nos países em que foi obscurecida e alvejada a tradição liberal de governo representativo, como é o caso do Brasil, as ideias democráticas infelizmente estimularam o populismo autoritário e demagógico. Do ponto de vista sociológico, os fundadores da Sociedade Tocqueville consideraram que se consolidou no Brasil um Estado mais forte do que a sociedade, tal como diria Karl Wittfogel (1896-1988), na trilha da cultura política herdada do cartorialismo português. Ao estatismo centralizador imposto pelo Marquês de Pombal (1699-1782) acompanhou a característica denominada por Max Weber (1864-1920) de patrimonialismo, que consiste na concepção e no exercício do poder político como instância privada, a ser administrada de forma doméstica - em outras palavras, a confusão do público e do privado, num personalismo essencial. O patrimonialismo brasileiro desenvolveu ampla base estatal, de caráter pré-burocrático (alheia, portanto, à racionalidade weberiana) e alicerçada na posse de sinecuras improdutivas e no “burocratismo orçamentívoro”, no dizer de Oliveira Vianna (1883-1951). A modernização efetivada por Pombal em meados do século XVIII deixou intactas as estruturas patrimonialistas do Estado português, tendo desenhado apenas um modelo centralizador conforme o paradigma do despotismo esclarecido da época, sustentado na posse da ciência aplicada e aberto à ideia rousseauniana do democratismo autoritário. Esse modelo passou à cultura política brasileira no bojo da tendência cientificista e do liberalismo radical, que presidiu à organização de nossos primeiros institutos de ensino superior (Real Academia Militar, Seminário de Olinda, Escola Politécnica etc.) e que empolgou a propaganda republicana. A partir de 1860, o cientificismo pombalino encontrou no positivismo de Augusto Comte (1798-1857) uma doutrina adequada para exprimir filosoficamente os seus ideais

centralizadores e autoritários. A República seria proclamada na onda dessa retomada dos velhos ideais cientificistas, explicitados na retórica positivista.

Em que pesem os aspectos modernizadores do modelo pombalino, notadamente nas reformas efetivadas por Getúlio Vargas (1882-1954) a partir de 1930, amplos setores da sociedade e do Estado permaneceram atrelados à antiga tendência patrimonial, servindo de massa de manobra à classe política, que, após o advento da República, se afastou da ideia e da prática do governo representativo. Os fundadores da Sociedade Tocqueville consideraram ainda que, no contexto do patrimonialismo modernizador pombalino, foi atribuída ao Estado a missão de garantir, com auxílio da ciência aplicada, a racionalidade econômica, além de efetivar a ordem política e a moralização dos cidadãos. Na época das práticas conhecidas como “mercantilismo”, que visavam não à prosperidade dos cidadãos, mas ao poder do Estado, esse ideal do Estado empresário e tutelar recebeu de Pombal o nome de “aritmética política”, que por sua vez foi traduzida por Frei Caneca (1779-1825) como “geometria política”. O getulismo retomou o modelo sob o princípio do “equacionamento técnico dos problemas”, o que a *intelligentsia* militar pós-64 de novo compreendeu como “engenharia política” ou como “planejamento estratégico”. Em todos esses casos, especialmente após o advento do regime tecnocrático, encontramos uma economia diretorial em que a realidade básica é sempre o Estado empresário. O social-estatismo que nos assoberba há muito tempo configura, assim, uma realidade econômica atrelada ao capitalismo de Estado. A burocracia improdutiva, empreguista e megalomaniaca, impôs à sociedade pesada carga tributária, gerando o risco de sua própria conversão em *Nomenklatura* totalitária, caso conseguisse, em ponto extremo, sufocar definitivamente a iniciativa privada. A realidade do Estado patrimonial burocratizado configura ainda, no sentido dos fundadores da Sociedade Tocqueville, o “complexo de clã” em que predominam as funções afetivas e os critérios concretos de simpatia ou antipatia, no relacionamento pessoal privilegiado, em detrimento dos princípios abstratos de obediência à lei, de ordem, de responsabilidade e de justiça. Ainda existimos “em berço esplêndido” sob a proteção do clã familiar. Quem não tem pai, padrinho ou patrono não tem vez. Só entramos parcialmente na Idade da Razão. A nossa modernização se processou a médias. O anacronismo e a defasagem de nosso desenvolvimento cultural e mental é o que abre as portas à tentação totalitária.

Consideramos ainda que o que hoje chamamos de democracia constitui um complexo sistema social que engloba três subsistemas: um político, outro econômico e um terceiro sociocultural ou moral. A democracia representa basicamente um pluralismo constitucional que estabelece regras, limites e procedimentos para conflitos políticos, econômicos e sociais, com o objetivo de instaurar ou manter um pluralismo de grupos, interesses e opiniões. Isso nos leva a considerar que, se bem conceitualmente distinta, no real histórico, a democracia política não sobrevive sem a economia de mercado, com a qual forma um subsistema de apoio mútuo. A liberdade política precisa ser atrelada à liberdade econômica e esta é o suporte necessário para as reivindicações daquela. Uma economia bloqueada por burocratas ou grandes empresas estatais verá logo reduzir-se à ficção suas liberdades políticas. Por sua vez, liberdades políticas tendem a desaparecer quando ocorre escassez de bens com a dramática necessidade de planejar, rationar, controlar preços e organizar estoques. O terceiro subsistema é o cultural. Nele o princípio axial, como enuncia Daniel Bell (1919-2011), é a realização de toda a pessoa humana, o homem não sendo considerado um meio, mas um fim em si mesmo. Enquanto a estrutura axial da política é constituída pela representação e a participação, com o respeito ao princípio de igualdade perante a lei; o eixo do domínio econômico é a racionalidade funcional estruturada em burocracia e hierarquia, sendo o princípio fundamental da economia a eficiência;

constatamos que, no plano cultural, outros fatores de ordem ética e tradicional são considerados numa estrutura de funções e especializações, onde a igualdade, primordial no sistema político, tem pouco a ver. Chegamos então a uma concepção nítida do que seja a democracia: é a interação dos três subsistemas que revela princípios e estruturas próprios, e cuja estabilidade advém de seu funcionamento integrado e desenvolvimento harmônico. Nesse sentido, John Hallowell (1913-1991) fala no “fundamento moral da democracia”. Tais eram, em síntese, quando de sua fundação, os propósitos da Sociedade Tocqueville, com a reavaliação que empreendeu de nossa tradição republicana.

A partir da mesma década de 80 em que a sociedade foi fundada, um movimento liberal progressivamente vicejante, buscando restabelecer laços com a literatura que perfaz a tradição do liberalismo, se desenvolveu no país. No entanto, para garantir que se perpetue essa preocupação com a formação teórica, com a identificação consistente dos liberais brasileiros com sua tradição internacional e nacional e com o exame das raízes dos problemas específicos de nossa cultura e história política com que essa tradição precisa dialogar, julgou-se necessário reativar a Sociedade Tocqueville. Sua meta é ser uma fraternidade de pensadores, intelectuais, acadêmicos, jornalistas, escritores e quejandos que reconheçam não ser possível descuidar-se do embasamento doutrinário do liberalismo brasileiro; que o liberalismo, como corrente de pensamento, é um fenômeno histórico, que precisa ser apreciado à luz de seus referenciais desenvolvidos ao longo dos últimos séculos; e que a tradição liberal do próprio país também precisa ser divulgada e reconhecida para que seja adequadamente mobilizada em oposição aos males igualmente longevos que o entravam. Seu dever é zelar perenemente para que esses conceitos e preocupações sejam sempre objeto de estudos e reflexões e que o liberalismo em nossa pátria não se perca, nem na pura e simples luta partidária, desconectada dos fundamentos programáticos e filosóficos que deveriam animá-la, nem no reducionismo de sua tradição a apresentações customizadas ou excessivamente simplificadas de algumas de suas diversas vertentes.

A Sociedade Tocqueville visa a manter viva em nossa terra a reflexão acerca da Filosofia Política, abraçando a tradição que, entre os séculos XVII e XIX, floresceu com as obras de autores como John Locke, Adam Smith (1723-1790), Montesquieu (1689-1755), Edmund Burke (1729-1797), os pais da Pátria americanos, Lord Acton (1834-1902) e Alexis de Tocqueville (1805-1859), e que se desenvolve através de notáveis intelectuais nos períodos posteriores. Ao mesmo tempo, a Sociedade pretende cultivar a memória e a revisitação das obras dos seus próprios fundadores, entre outros grandes nomes que, desde o período anterior à Independência, perfazem a trajetória do liberalismo brasileiro. Nossa intelectualidade e nossa juventude somente terão a ganhar com a recomposição dos laços com esta que é, sem dúvida, uma das mais importantes tradições culturais do Ocidente.

IV – Programa de atuação

A Sociedade Tocqueville pretende estar em constante colaboração com outras organizações que se dispuserem a acolher os produtos de seu trabalho e estiverem de acordo com os fundamentos do liberalismo. Seu enfoque será exclusivamente na abordagem intelectual e na elaboração de reflexões e conteúdos acerca dos fundamentos doutrinários e históricos do liberalismo. Não terá qualquer envolvimento com partidos ou com as ações de qualquer um dos poderes da República. Sua missão é proteger uma tradição, não se envolver de maneira direta em batalhas políticas imediatas.

A Sociedade organizará, com periodicidade anual, um colóquio presencial entre seus membros, em que estes farão apresentações concernentes aos temas que dizem respeito aos propósitos da associação, divulgadas ao público. O encontro também servirá para troca de impressões sobre as ações que a sociedade tomou ao longo do período ou pode vir a tomar para aprimorar o papel que suas apreciações podem exercer sobre o cenário corrente do movimento liberal, notadamente sobre as questões que interessaria aos seus membros estudar e expor nos colóquios e trabalhos seguintes.

A Sociedade deverá preparar ao menos uma coletânea de ensaios e artigos de seus membros por ano, com o enfoque geral que julgar necessário ao liberalismo brasileiro, baseado nas discussões do colóquio, para fins de publicação em formato de livro, a ser divulgado para a rede de instituições do movimento liberal. Pretende-se que isso ajude a garantir que as reflexões das mentes pensantes mais devotadamente dedicadas a analisar as questões relacionadas à bibliografia e à tradição histórico-filosófica do liberalismo estejam sendo regularmente disponibilizadas àqueles que deverão ser os maiores interessados.

Igualmente, a Sociedade divulgará, através de seu site, em espaço específico para isso, os trabalhos, sejam em forma de livros, colunas, cursos ou palestras, que seus membros realizarem individualmente em consonância com seus propósitos de reflexão teórica acerca do liberalismo. Ela deverá funcionar ainda como um espaço constante para que os membros interajam e definam publicações em conjunto ou apresentem sugestões de temas, trabalhos e publicações para os outros, entre outros tipos de iniciativas.

Fundadores (1986)

Antônio Paim, Aroldo Rodrigues, Boanerges Ribeiro, Francisco Martins de Souza, José Osvaldo de Meira Penna, Luís Carlos Lisboa, Nicolau Bôer, Nelson Lehmann da Silva, Paulo Mercadante, Paulo Pimenta de Mello, Renato Barros Pimentel, Ricardo Vélez Rodríguez, Selvino Antonio Malfatti, Ubiratan Macedo, Victor Márcio Konder e Walter Costa Porto.

Refundadores (2022)

Ricardo Vélez Rodríguez, Lucas Berlanza, Marize Schons, Paulo Emílio de Macedo, Alex Catharino, Luciano Camerino, Vladimir Maciel, Rodrigo Jungmann, Catarina Rochamonte, Fabrício Oliveira, Fernando Bentes, Arsênio Corrêa, Ricardo Alexandre da Silva, Alberto Oliva, Mário Guerreiro, Alexandro Ferreira de Souza